



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - NUMIG/DPF/NRI/RJ

Decisão nº 12046229/2019-NUMIG/DPF/NRI/RJ

Processo: 08458.002176/2019-58

Assunto: **Recurso de Auto de Infração e Notificação N° 0178_00028_2019**

Trata-se de Auto de Infração lavrado no dia 13 de agosto de 2019, em desfavor de LYDIE RAISSA NDJENIA NDZANA, nacional de Camarões, portador do passaporte comum nº 0008928, por ter ultrapassado em 7(sete) dias o prazo de estada legal no país, razão pela qual infringiu o disposto no Art. 109, II, da Lei 13.445/2017, sendo aplicada a multa de R\$700,00(setecentos reais).

Foi protocolada sua defesa no dia 14/08/2019, sendo assim a mesma TEMPESTIVA.

Em sua defesa, Lydie Raissa Ndjenia Ndzana alega que não conseguiu vir antes por estar esperando chegar o seu passaporte, porém o mesmo não é solicitado para renovação de estudo, inclusive não consta no ChekList do site da Polícia Federal, tendo em vista que a mesma já é registrada e já tem a CRNM, que é documento hábil para sua identificação.

Em relação ao prazo, vale salienta que a renovação pode ser solicitada a partir de 90(noventa) dias antes de encerrar o prazo da estada.

Sendo que em análise aos pontos apresentados pelo recorrente não encontra-se possibilidade de perdão ou anulação do Auto de Infração e Notificação em pauta.

Tendo por adequadamente demonstrada a infração, devidamente lavrado o respectivo Auto de Infração e Notificação com a subscrição por parte das testemunhas identificadas, mantenho a penalidade aplicada em desfavor do estrangeiro e INDEFIRO o recurso formulado.

Declaro aberto o prazo recursal em face desta decisão à instância imediatamente superior, no prazo de 10(dez) dias a contar da publicação, conforme disposto no parágrafo 8, da Lei nº 13.445/2017.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE RONALDO OTTATI MEDINA, Agente de Polícia Federal**, em 19/08/2019, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12046229** e o código CRC **A7E66750**.